

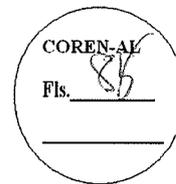


2021-2023

Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

UM NOVO TEMPO

**CONTRATO N.º 004/2023
PAD N.º 099/2023**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE ALAGOAS E ACADEMIA DE LICITAÇÕES CURSOS E ASSESSORIA LTDA-ME

Em 29 de março de 2023, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE ALAGOAS – COREN/AL**, autarquia federal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.768.671/0001-58, com sede na Avenida Moreira e Silva, n.º 430, bairro Farol, CEP.: 57051-530, na cidade de Maceió/AL, neste ato apresentado por seu presidente em exercício, Paulo Jorge Torres Guimarães Silva, e por seu tesoureiro Esvaldo dos Santos Silva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei n.º 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno do Regional aprovado pela Decisão COREN-AL n.º 025 de 24 de setembro de 2012, homologado pela decisão COFEN n.º 026 de 25 de março de 2013 – doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**; e de outro lado **ACADEMIA DE LICITAÇÕES CURSOS E ASSESSORIA LTDA. ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.258.726/0001-05, com sede na Rua Zacarias de Azevedo, n.º 399, Sala 103, bairro Centro, CEP.: 57020-570, Maceió/AL, neste ato apresentada por sua sócia-administradora, Joraya Esther Leite Alves Salvador, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º 912.820 SSP/PB, inscrita no CPF/MF sob o n.º 034.551.114-08, residente na Rua Major Tenório Lins, n.º 159, bairro Barro Duro, Maceió/AL, CEP.: 57045-520 – doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**; resolvem celebrar o presente contrato em consonância com o que dispõe o Processo Administrativo n.º 099/2023, em observância às disposições da Lei n.º 8.666/1993 e demais normas vigentes, em consonância com as cláusulas e condições que adiante seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

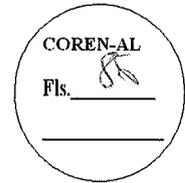
- 1.1. Contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) – *que terá aplicação obrigatória a partir de 1º de abril de 2023* –, a ser realizada pelo corpo técnico e gestores públicos do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas – Coren/AL, objetivando atender as necessidades do Contratante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência, que passa a ser parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência e à Proposta apresentada pela CONTRATADA, independentemente de transcrição.
- 1.3. Os serviços de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) serão prestados por meio de (i) treinamento (curso), (ii) oficinas de estudo e (iii) suporte.



Coren^{AL}
Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2021-2023

UM NOVO TEMPO



1.4. Entende-se por treinamento (02 cursos – 10h/aula): aulas teóricas acerca dos objetivos, princípios, abrangência e a aplicabilidade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as respectivas regras de transição para a sua implementação, com ampla fundamentação necessária ao dia a dia dos servidores da CONTRATANTE.

1.5. Entende-se por oficinas de estudo: aulas práticas, para estudo e enfrentamento de situações e casos concretos e específicos de quaisquer das unidades administrativas que integrem o Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas, objetivando a implantação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

1.6. Entende-se por suporte: serviço rápido para auxílio na resolução de dúvidas em casos concretos, tais como suporte na construção dos modelos de governança, no planejamento das contratações; auxílio no processamento das licitações (impugnações, processamento e recursos nas licitações); subsídio para decisões para condução dos trabalhos; orientações para compreensão ou saneamento de situações concretas, ou qualquer outro assunto vinculado a implementação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.2. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta do Elemento de Despesa nº. 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.016.001 – Nota de Empenho n.º 152/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO

3.1. A presente contratação tem vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 29/03/2023, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses mediante celebração de Termos Aditivos;

3.2. Eventuais prorrogações de contrato deverão ser precedidas da comprovação da vantajosidade da medida para a Administração, inclusive mediante eventual realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública;

3.3. Havendo renovação, os valores pactuados poderão ser reajustados decorrido o período de 12 (doze) meses, adotando-se o índice IPCA ou eventual outro porventura mais vantajoso à Administração;

3.4. Para a apuração do percentual de reajuste referido, tomar-se-á a variação do índice no período compreendido entre o mês que antecede o ano contratual e o 11º mês deste;

3.5. As obrigações e responsabilidades intrínsecas ao serviço, tais como esclarecimento sobre ações realizadas, não se restringem à vigência contratual;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos, demais dispositivos legais e das contidas neste instrumento, a CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Proporcionar tudo o que estiver ao seu alcance para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos neste Contrato;



Coren^{AL}
Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2021-2023

UM NOVO TEMPO



- 4.1.2. Pagar pelos serviços fornecidos pela CONTRATADA;
 - 4.1.3. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
 - 4.1.4. Exigir da CONTRATADA que mantenha todas as condições necessárias à sua habilitação, durante o período de vigência deste contrato, podendo exigir a sua comprovação a qualquer momento;
 - 4.1.5. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste Instrumento;
 - 4.1.6. Satisfazer, rigorosamente, o objeto desta contratação, em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos neste Contrato, observando-se, inclusive, as disposições legais aplicáveis;
 - 4.1.7. Cumprir todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;
 - 4.1.8. Atestar as notas fiscais/faturas, por meio de servidor(es) competente(s) para tal;
 - 4.1.9. Aplicar as sanções administrativas regulamentares e contratuais;
 - 4.1.10. Efetuar a juntada aos autos do processo, das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual;
 - 4.1.11. Acompanhar a execução do Contrato, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93, através do Fiscal do Contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - 4.1.12. Garantir o livre acesso aos representantes da CONTRATADA devidamente identificados com crachá funcional, devendo ainda prestar todas as informações pertinentes quando solicitado pela CONTRATADA;
 - 4.1.13. Informar seus dados cadastrais, as alterações e responsabilizar-se pela veracidade dos mesmos;
 - 4.1.14. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviços que venham a ser prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa;
 - 4.1.15. Comunicar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas;
 - 4.1.16. Indicar os colaboradores que irão participar das ações de capacitação, limitado a 15 (quinze) participantes por turma do serviço do tipo treinamento (curso) e 06 (seis) participantes por turma do serviço do tipo oficina de estudo;
 - 4.1.17. Disponibilizar ambiente e/ou infraestrutura adequados para a realização dos treinamentos e respectivas oficinas de estudo;
- 4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com as cláusulas deste instrumento contratual, proposta, termo de referência e/ou demais documentos insertos no PAD n.º 099/2023.
- 4.2.2. Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos serviços prestados nos prazos e condições estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA

- 5.1. Caberá à CONTRATADA, a partir da assinatura deste instrumento, o cumprimento das obrigações a seguir:
- 5.1.1. Executar fielmente o contrato, de conformidade com suas cláusulas, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, observando os prazos que lhe forem programados para a sua realização e garantia.

PÁGINA 3 DE 12

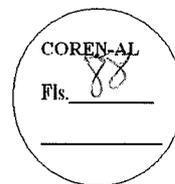


Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2021-2023

UM NOVO TEMPO



- 5.1.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 5.1.3. Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento dos itens previstos.
- 5.1.4. Programar-se com a devida antecedência para atender as demandas até o final do contrato.
- 5.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 5.1.6. Manter funcionário apto para contato com a contratante para tratar de assuntos relacionados ao objeto do contrato.
- 5.1.7. Prestar a imediata correção de eventuais deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços a serem prestados.
- 5.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente termo.
- 5.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
- 5.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoal, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 5.1.11. Manter número telefônico e e-mail atualizados para contato e intermediação junto a CONTRATANTE.
- 5.1.12. Apresentar nota fiscal/fatura correspondente ao objeto do presente termo.
- 5.1.13. Fornecer o objeto estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e Proposta, respeitando os prazos porventura estabelecidos.
- 5.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante.
- 5.1.15. Havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar o perfeito fornecimento dos serviços de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), deverá a CONTRATADA comunicar ao Coren/AL, em tempo hábil, por escrito, viabilizando sua interferência à correção da situação apresentada, de modo a adimplir com o objeto proposto neste Termo de Referência.
- 5.1.16. Para a coordenação dos aspectos administrativos e financeiros do contrato, a CONTRATADA deverá indicar um preposto, que deverá estar acessível de forma a solucionar, de imediato, problemas administrativos, financeiros e operacionais referentes ao contrato, nos dias úteis, no horário de 08:00 as 17:00.
- 5.1.17. O serviço de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) do tipo TREINAMENTO (CURSOS) deverá ser executado pela CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da ordem de serviço a ser emitida pela CONTRATANTE;
- 5.1.18. O serviço de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) do tipo OFICINAS DE ESTUDO deverá ser executado pela CONTRATADA no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da ordem de serviço a ser emitida pela CONTRATANTE;

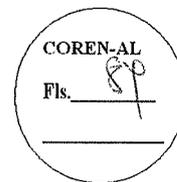


2021-2023

Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

UM NOVO TEMPO



- 5.1.19. Os serviços de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) do tipo SUPORTE deverão ser executados pela CONTRATADA 24 (vinte e quatro) horas após solicitação expressa da CONTRATANTE, pelo período ininterrupto de 30 (trinta) dias da ordem de serviço a ser emitida pela CONTRATANTE;
- 5.1.20. Prestar os serviços de capacitação com análise teórica e prática acerca da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), preferencialmente, no horário de funcionamento do COREN/AL, ou seja, de 07:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.
- 5.1.21. Caberá a CONTRATADA toda a providência e obrigação estabelecida na legislação específica de acidentes de trabalho quando em ocorrência da espécie forem vítimas, seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços contratados.
- 5.1.22. Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas relativas a segurança e disciplina onde serão executados os serviços.
- 5.1.23. Apresentar quando solicitado comprovante de aptidão técnica.
- 5.1.24. Manter seus instrutores atualizados e aptos a prestar os serviços contratados conforme legislação vigente e jurisprudência aplicável.
- 5.1.25. A CONTRATADA indicará um representante para soluções de problemas que possam surgir durante a vigência do contrato.
- 5.1.26. Quaisquer despesas extraordinárias que venham a incidir sobre os serviços, no decorrer da vigência do Contrato só serão realizadas se previamente aprovadas pela CONTRATANTE.
- 5.1.27. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 5.1.28. Assumir todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o COREN/AL;
- 5.1.29. Prestar os serviços conforme as especificações exigidas no presente instrumento;
- 5.1.30. Elaborar a programação do serviço do tipo TREINAMENTO (CURSOS) no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da ordem de serviço, devendo o conteúdo programático objeto de análise e aprovação pelo fiscal do contrato;
- 5.1.31. Fornecer todo o material didático necessário para execução dos cursos objeto deste projeto básico, incluindo apostilas e recursos de mídia, se for o caso;
- 5.1.32. Disponibilizar instrutor do curso e oficinas de estudo indicado em sua proposta comercial, com a devida experiência profissional, para a condução das ações de treinamento e aperfeiçoamento;
- 5.1.33. Controlar a frequência das atividades e promover a certificação individual dos servidores que tenham concluído com êxito as ações de capacitação;
- 5.2. Sem prejuízo das responsabilidades acima elencadas, a CONTRATADA obriga-se a:
- 5.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, inclusive técnica e administrativamente, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.
- 5.2.2. Manter os colaboradores devidamente identificados durante a execução do objeto.
- 5.2.3. Executar o objeto com o sigilo necessário.

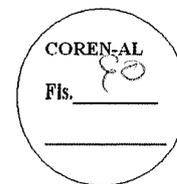


2021-2023

Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

UM NOVO TEMPO



5.3. Prestar os serviços com eficiência e competência técnico-profissionais, observando os prazos e condições especiais indicados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DA POSSIBILIDADE DE REAJUSTE

6.1. O valor global da contratação é de R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais), sendo (i) R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) referente a 12 (doze) serviços do tipo oficina, que possui o valor unitário R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais); (ii) R\$ 9.480,00 (nove mil e quatrocentos e oitenta reais) referente a 02 (dois) serviços do tipo treinamento (curso – 10h/aula), que possui o valor unitário R\$ 4.740,00 (quatro mil e setecentos e quarenta reais); e (iii) R\$ 37.020,00 (trinta e sete mil e vinte reais) referente a 12 (doze) serviços do tipo suporte, que possui o valor unitário R\$ 3.085,00 (três mil e oitenta e cinco reais);

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor indicado no item 6.1 supra é meramente estimativo, possuindo o serviço do tipo treinamento (curso – 10h/aula) o valor unitário de R\$ 4.740,00 (quatro mil e setecentos e quarenta reais), o serviço do tipo oficina o valor unitário de R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais) e o serviço do tipo suporte o valor unitário de R\$ 3.085,00 (três mil e oitenta e cinco reais), **os quais serão solicitados pela CONTRATANTE sob demanda, mediante ordem de serviço.** Vide tabela abaixo:

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL (12 MESES)
OFICINA DE ESTUDO	12	SOB DEMANDA	R\$ 2.250,00	R\$ 27.000,00
TREINAMENTO (CURSO - 10H/AULA)	02	SOB DEMANDA	R\$ 4.740,00	R\$ 9.480,00
SUPORTE	12	SOB DEMANDA	R\$ 3.085,00	R\$ 37.020,00
TOTAL GLOBAL ESTIMADO:				R\$ 73.500,00

6.4. Será admitido eventual reajuste, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de início da vigência do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes;

6.5. Ocasional reajuste deverá ser formalizado em instrumento ou por apostilamento;

6.6. A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;

6.7. Deverá ser apresentada a Nota Fiscal/Fatura emitida em 02 (duas) vias, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, o número do Contrato e o número da conta bancária da CONTRATADA, para depósito

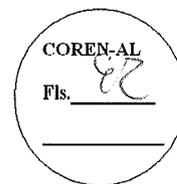


2021-2023

Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

UM NOVO TEMPO



CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento referente a cada um dos serviços contratados sob demanda será efetuado e processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da nota fiscal ou fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela CONTRATANTE, sem qualquer reajuste automático de preços ou aplicação de correção monetária.

8.2. A CONTRATADA receberá por cada um dos serviços contratados em parcela única;

8.3. O COREN/AL reserva-se no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou em desconformidade com legislação tributária vigente e ainda, se for constatado, no ato da atestação, que os materiais fornecidos não correspondem às especificações deste instrumento.

8.3.1. Não ocorrendo o pagamento, a CONTRATADA não terá direito a compensação financeira ou alteração de preços.

8.4. Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto a sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido Setor Contábil/Financeiro, ressalvado o direito da contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

8.5. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

8.5.1 No pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN da RFB n.º 1234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuição nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

CLÁUSULA NONA – DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

9.1. O Contrato é regido pelas seguintes normas:

a) Código Civil Brasileiro, no tocante as relações de prestação de serviços, não gerando vínculo empregatício para com o contratado ou qualquer preposto da CONTRATADA, em relação ao CONTRATANTE;

b) Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, em toda a matéria não abrangida pela disposição legal referida na alínea “a” supra, especialmente direitos, obrigações e sanções.

9.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, civis e de qualquer outra natureza, que sejam de competência da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades;

10.2. A fiscalização do presente contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidor especialmente designado para assegurar o perfeito cumprimento do contrato;

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a

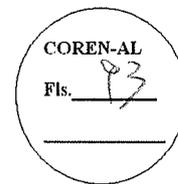


2021-2023

Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

UM NOVO TEMPO



- execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 10.4. Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para o pagamento devido;
- 10.5. Em caso de não conformidade, a contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69, da Lei n.º 8.666/93, no que couber;
- 10.6. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, bem como o descumprimento de quaisquer dos deveres nele elencados, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável;
- 11.2. A Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível, considerando-se exemplificadamente as seguintes hipóteses:

- a) O não-cumprimento, ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- c) A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- d) A cessão ou transferência total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com terceiros, a fusão, a cisão ou a incorporação, não admitidas neste Contrato;
- e) O não-atendimento das determinações regulares do empregado do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- f) A ocorrência de caso fortuito e força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

12.2. A rescisão não está condicionada à quitação dos débitos;

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo respectivo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor conforme cada caso citados neste item, a CONTRATADA que:

- 12.4.1. Apresentar documentação falsa;
- 12.4.2. Fraudar a execução do contrato;

PÁGINA 9 DE 12

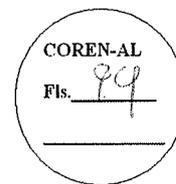


Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2021-2023

UM NOVO TEMPO



12.4.3. Comportar-se de modo inidôneo;

12.4.4. Cometer fraude fiscal; ou

12.4.5. Fizer declaração falsa.

12.5. Para os fins do subitem “comportar-se de modo inidôneo”, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

12.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato, execução imperfeita, inadimplemento, não-veracidade de informações ou mora na execução, a CONTRATADA estará sujeita, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o COREN/AL pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.7. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades supramencionadas;

12.8. A multa, referida na alínea “b” do item 13.6, será recolhida diretamente ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contado do recebimento da notificação; ou descontada dos pagamentos. Não havendo pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

12.9. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em quaisquer das situações previstas na tabela 2 abaixo.

12.10. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pelo CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA % do valor do contrato/nota de empenho
1	1%
2	2%
3	3%
4	4%

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
A	Entregar objeto de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	4	Por ocorrência
B	Fornecer informação falsa de serviço ou substituir objeto licitado por outro de qualidade inferior	2	Por ocorrência
C	Destruir ou danificar o patrimônio da CONTRATANTE por culpa ou dolo de seus agentes	3	Por ocorrência
D	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato	4	Por ocorrência
E	Recusar-se a executar a troca de objeto determinado pela fiscalização, sem motivo	4	Por ocorrência

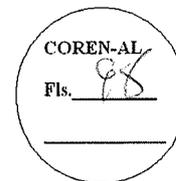


Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2021-2023

UM NOVO TEMPO



	justificado		
F	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
G	Manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por item e por ocorrência
H	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização	2	Por ocorrência
I	Cumprir obrigação contratual acessória, a exemplo de solicitação escrita e fundamentada do fiscal do Contrato/Ata/Nota de Empenho.	2	Por item e por ocorrência
J	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
K	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida por força do contrato	1	Por ocorrência e por dia
L	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato	2	Por ocorrência e por dia
M	Cumprir quaisquer dos itens do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização.	3	Por item e por ocorrência
N	Substituir os produtos/serviços que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 15 (quinze) dias corridos, contadas da comunicação do Fiscal do Contrato/Ata/Nota Empenho.	2	Por item e dia de atraso

12.11. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.11.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.11.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.13. As sanções de multa poderão ser aplicadas combinado com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o COREN/AL, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

12.14. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.

12.14.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.



Coren^{AL}

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2021-2023

UM NOVO TEMPO



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA OMISSÃO

13.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, em consonância com o disposto no Termo de Referência e/ou na Proposta, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93, o presente contrato será publicado na imprensa oficial, na forma de extrato.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste contrato serão dirimidas, nos termos do disposto no art. 55, § 2º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Alagoas, onde se situa a sede do CONTRATANTE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

15.2 O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/1993, e vincula-se a proposta e demais documentos insertos no PAD n.º 099/2023;

15.3 Os serviços deverão ser prestados conforme especificações técnicas e quantitativos descritos/indicados no Termo de Referência, parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição;

15.3 E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que vão assinados pelas partes, que se comprometem a cumprir o presente em todas as suas cláusulas e condições, tudo de acordo com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e eventuais alterações posteriores.

Documento assinado digitalmente

PAULO JORGE TORRES GUIMARAES SILVA

Data: 29/03/2023 16:18:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maceió/AL, 29 de março de 2023.

Documento assinado digitalmente

ESVALDO DOS SANTOS SILVA

Data: 30/03/2023 10:43:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULO JORGE TORRES GUIMARÃES SILVA
PRESIDENTE – COREN/AL
CONTRATANTE

ESVALDO DOS SANTOS SILVA
TESOUREIRO – COREN/AL
CONTRATANTE

JORAYA ESTHER LEITE ALVES
SALVADOR:03455111408

Assinado de forma digital por JORAYA ESTHER

LEITE ALVES SALVADOR:03455111408

Dados: 2023.03.29 15:52:39 -03'00'

ACADEMIA DE LICITAÇÕES CURSOS E ASSESSORIA LTDA. ME

CNPJ/MF N.º 06.258.726/0001-05

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF/MF:
RG:

NOME:
CPF/MF:
RG:

PÁGINA 12 DE 12